

Hispanoamericanas en San Paulo: Un estudio comparado de relaciones de género.

Sydney Antonio Da Silva.

Cita:

Sydney Antonio Da Silva (2007). *Hispanoamericanas en San Paulo: Un estudio comparado de relaciones de género*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/817>

Hispano-americanos em São Paulo

Um estudo comparado de relações de gênero *

Sidney A. da Silva**

A presença de novos grupos de imigrantes no contexto brasileiro enseja o debate de novas questões, seja para sociedade local que se vê obrigada a lidar com estas diferenças, já que a imigração se apresentava como uma realidade pretérita e resolvida no imaginário nacional, seja para os estudiosos do tema, pois é preciso encontrar novos referenciais teóricos capazes de dar conta da diversificação étnico-cultural pela qual vem passando a sociedade brasileira nas últimas décadas. Isto se deve ao fato de que, a partir da década de 1970, do século XX, o Brasil e, particularmente, São Paulo, passou a ser o “porto” de destino de milhares de hispano-americanos, que por motivos políticos ou econômicos, ou por ambos, apostaram neste país todas as forças para a realização de seus sonhos pessoais e familiares. Contudo, a partir da década de 1980, temos a mudança do perfil dos migrantes intra-regionais, passando a ser em sua maioria por razões laborais, com a exceção dos colombianos que emigram em busca de refugio. Em contra partida, temos a emigração de brasileiros para os Estados Unidos, Paraguai, Japão, Espanha, Portugal, Itália, entre outros, revelando que o Brasil não era só um país de imigração, mas passou a ser também de emigração. Dados do Ministério de Relações Exteriores de 2003 revelam que o número de emigrados girava em torno de 1.805.436 brasileiros (Patarra, 2005: 26).

A crescente presença hispano-americana em São Paulo, e particularmente de mulheres, vem colocar, portanto, uma série de questões, tais como, as formas pelas quais estes imigrantes são identificados pela sociedade local e vice e versa, as estratégias de inserção no mercado de trabalho adotadas por cada grupo de

* Este texto é parte de uma pesquisa mais ampla realizada no Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO), da UNICAMP e contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

** Sidney Antonio da Silva é antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

imigrantes, influenciando, assim, as suas formas de organização social, entre elas, ensejando mudanças nas relações de gênero.

Considerando a escassez de estudos sobre o tema e a visibilidade que tal presença vem ganhando na cidade, este trabalho propõe-se a analisar como são construídas as relações de gênero entre os hispano-americanos em São Paulo. Para tanto, optamos por fazer um estudo comparativo “convergente” entre três grupos de imigrantes hispânicos: bolivianos, já estudados pelo autor deste trabalho (Silva, 1997, 2003), incluindo agora peruanos e paraguaios, estes dois últimos pesquisados por ele pela primeira vez. Com esta opção metodológica objetiva-se investigar como estes grupos lidam com as questões de gênero num novo contexto, já que a idéia recorrente que se tem deles é a de que em geral os homens hispânicos são machistas. Então, cabe perguntar: em que eles diferem e, ao mesmo tempo, se aproximam dos brasileiros.

A escolha desses três grupos de imigrantes não foi alheatória, mas se deveu ao fato de que, embora, eles sejam social, étnica e culturalmente diferenciados, enfrentam os mesmos desafios no seu processo de inserção na cidade de São Paulo, particularmente no que diz respeito aos problemas jurídicos, à exploração da sua mão-de-obra e aos preconceitos construídos pela sociedade local em relação a eles.

Os Hispano-americanos em São Paulo: perfil e problemática

Traçar um perfil dos bolivianos, paraguaios e peruanos em São Paulo não é uma tarefa fácil, em razão dos retratos divergentes apresentados por cada fonte de dados pesquisada. Se por um lado, os dados oficiais sobre eles oferecem uma idéia aproximada do número destes imigrantes no Brasil e das especificidades de cada grupo, uma vez que este tipo de coleta de dados não abarca os que estão indocumentados no país, por outro, as estimativas da Igreja Católica e de organizações sócio-culturais, criadas pelos próprios imigrantes, oferecem dados superestimados sobre cada grupo. Isto se deve ao fato de que a busca de visibilidade e reconhecimento na sociedade local, fazem parte dos objetivos veiculados por estas organizações em São Paulo.

Os dados apresentados em seguida mostram as diferenças entre as estatísticas oficiais e as não oficiais sobre os grupos pesquisados, tanto em São Paulo, quanto no Brasil.

País	Pastoral/S. Paulo	Censo2000Brasil	Polícia Fed
Bolívia	60.000	20.015	32.416
Paraguai	30.000	28.082	13.792
Peru	15.000	10.453	15.257

No caso dos bolivianos há que se considerar o acordo Brasil/Bolívia, ainda em andamento, o qual teve início em setembro de 2005 e terminaria em setembro de 2006. Entretanto, por motivos políticos o referido acordo foi prorrogado por mais um ano. Até meados do mês de agosto mais de 15 mil bolivianos já haviam entrado com o pedido de permanência no País. Acrescendo estes dados aos da Polícia Federal fornecidos antes do início do acordo, teremos um número de bolivianos legalizados no país em torno de 47.000. Comparando estes números com as estimativas da Pastoral do Migrante, temos ainda uma diferença de 13 mil imigrantes, os quais podem estar ainda indocumentados no país, até porque eles continuaram vindo ao Brasil, mesmo depois da assinatura do referido acordo. Há, entretanto, uma grande diferença entre os dados da Polícia Federal e do Censo 2000 com os fornecidos pelo Centro de Estudos para el Desarrollo del Labor Agrário (CEDLA) em 2005, o qual apontava um contingente de 250 mil bolivianos no Brasil.

O ano de chegada dos bolivianos, peruanos e paraguaios no Brasil, em geral, segue a lógica dos fatores sócio-econômicos e políticos que marcaram a América Latina, a partir dos anos 50. Assim, os regimes autoritários foram se sucedendo em vários países do continente, como por exemplo, no Paraguai em 1954, no Brasil em 1964, no Peru em 1968, na Bolívia em 1972, no Uruguai e Chile em 1973, na Argentina em 1976 (Bonassi, 2000:29).

No caso dos peruanos e bolivianos, o início dos respectivos fluxos migratórios para o Brasil remonta à década de 1950, quando vários estudantes vieram estimulados por acordos bilaterais para fazer cursos de graduação ou especialização em alguma universidade brasileira. No caso dos paraguaios, o contexto sócio-econômico e político dos anos 60, estimulou a saída de profissionais em busca de especialização e oportunidades no Brasil. A partir dos anos 70, as questões econômicas e políticas marcaram em maior ou menor grau os países sul-americanos, cuja crise culminou nos anos 80, com a denominada “década perdida”. Além destes fatores, há que se considerar ainda outros de ordem interna, como é o caso da violência produzida por grupos armados, como é o caso do Sendero Luminoso no

Peru e as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC). No caso colombiano a situação é mais complexa, pois a guerrilha tem relações com o narcotráfico, fator este que tem contribuído para aumentar a violência contra camponeses e ribeirinhos colombianos, forçando-os a pedir refúgio em países vizinhos, como a Venezuela, Equador, Panamá e Brasil, ou em outros mais distantes como a Costa Rica, Estados Unidos, entre outros. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a ACNUR, o número de colombianos emigrados já estaria em torno de cinco milhões.

Tal cenário de estagnação econômica e instabilidade política contribuiu, portanto, para fomentar a vinda de bolivianos, paraguaios e peruanos, durante a década de 90, os quais passaram a disputar vagas em setores do mercado de trabalho brasileiro que não exigem um alto grau de qualificação, como é o caso da costura. Assim, as atividades econômicas que mais atraem os bolivianos e paraguaios em São Paulo são as da indústria e transformação, seguidas pelo comércio e saúde, esta última, exercida, sobretudo, pelos bolivianos. Porém, dados do Censo 2000, apontam que em nível nacional os paraguaios estão mais concentrados nas atividades do comércio, da agricultura e pesca e, por último, da indústria e transformação (Patarra & Baeninger, 2006: 94). Já os peruanos estão mais voltados para o comércio, particularmente, de artesanato e bijuterias. Além desta atividade, outra que atrai grande número dos que chegaram nos últimos anos, temos aqueles que se dedicam à educação e ao setor de serviços, entre eles, aqueles relacionados às demandas domésticas, como babás, diaristas, cozinheiras etc. Entretanto, o setor da costura tem sido também para os peruanos uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho paulistano.

Em geral, estes imigrantes são jovens, predominando uma faixa etária de 18 a 35 anos, do sexo masculino e feminino, solteiros e, em sua maioria, apresentam um grau de escolaridade médio, que corresponderia ao primeiro e segundo graus no Brasil. Entretanto, segundo os dados do Censo 2000, considerando o Mercosul ampliado, os paraguaios apresentam um maior número de imigrantes com 5 a 8 anos de formação (primeiro grau no Brasil), ou seja, 33,74%, seguidos pelos bolivianos, com 23,48%, uruguaios, com 20,04%, peruanos com 16,03% e, finalmente, argentinos, com 12,38%. Já os bolivianos apresentam resultados melhores entre os que têm de 9 a 11 de escola, (segundo grau no Brasil) com 42,14%, seguidos pelos uruguaios, com 41,60%, pelos chilenos, com 38,81%, pelos peruanos, com 28,37% e,

finalmente, pelos paraguaios, com 16,29%. Entretanto, se considerarmos aqueles que têm curso superior, ou seja, com 12 a 15 anos de escolaridade, os argentinos apresentam melhores índices, com 25,80%, seguidos pelos peruanos, com 24,10%, pelos chilenos, com 22,32%, pelos bolivianos, com 9,72% e, finalmente, pelos paraguaios, com 6,76%. Com mais de 16 anos de escolaridade, os chilenos tomam a dianteira, seguidos pelos peruanos, argentinos, bolivianos, uruguaios e paraguaios (Patarra & Baeninger, 2006: 93).

Vale notar, entretanto, que entre os bolivianos recém chegados é comum encontrar pessoas analfabetas e com uma faixa etária acima dos 45 anos, fato este que revela a dinâmica das redes familiares no interior das oficinas de costura, cujos filhos residentes no Brasil acabam trazendo seus pais para serem incorporados também neste segmento de produção, onde as relações de parentesco são predominantes.

Com relação à origem destes imigrantes, entre os bolivianos temos uma predominância dos pacenhos, ou seja, do Departamento de La Paz, seguidos pelos de Cochabamba, Oruro, Santa Cruz de la Sierra, Beni, etc. Entre os peruanos, o leque é mais diversificado, incluindo localidades como Lima, a capital, e departamentos de Arequipa, Cusco, Callao, La Libertad, Cajamarca, Lambayeque, Ayacucho, Junin, entre outros. Já entre os paraguaios, há uma predominância dos oriundos da Capital, Assunção e região, dos departamentos de Paraguari, Concepción, Caaguazú, Caazapá, Alto Paraná, San Pedro, Canindeyú, Cordillera entre outros.

Contudo, é preciso sinalizar que muitos deles não fizeram um processo migratório dentro do próprio país, ou seja, migrando da zona rural a um centro urbano de médio ou grande porte, mas emigraram diretamente da zona rural para a metrópole paulistana. Esta mudança radical traz, evidentemente, problemas de adaptação à nova cultura, ao ritmo de vida da cidade grande, como afirma Nestor: “Lá trabalhava até as cinco da tarde e depois ia para uma praça jogar futebol. Aqui não tem tempo par isso”.. Em sua maioria os entrevistados apontaram o idioma como a grande dificuldade inicial, uma vez que muitos deles falam suas línguas originárias, como o quíchua, o aymará e o guarani. Diferenças culturais, como a alimentação, também são mencionadas, uma vez que estes imigrantes não têm o hábito de comer arroz e feijão todos os dias, como o fazem os brasileiros. Entretanto, a feijoada aparece como o prato brasileiro por excelência e é apreciado por grande parte deles.

Para os solteiros a solidão é outro grande desafio a ser enfrentado, pois a falta da família e das relações de amizades traz uma sensação de fragilidade e de não pertencimento a lugar algum, uma vez que o processo de re-socialização é lento e marcado por estranhamentos. Daí a importância dos “enclaves étnicos”, onde cada grupo procura reconstruir elementos de sua cultura, os quais se tornam diacríticos para o grupo, isto é aferidores de identidades. Neste contexto de perdas e ausências, a bebida passa a ser uma saída, ainda que momentânea, para muitos deles.

Conseguir um novo trabalho pode representar também uma dificuldade, pelo menos àqueles que não caem na rede dos agenciadores, como é o caso do setor da costura. Neste caso, a falta de documentos passa a ser um problema, particularmente, para os mais qualificados, obrigados, muitas vezes, a aceitar atividades muito aquém de suas qualificações, porém, ganhando menos que um profissional brasileiro na mesma função, já que a sobrevivência passa a ser prioridade. A indocumentação dificulta também a vida daqueles que pretendem continuar os estudos no Brasil, seja para as crianças, seja para os adultos.

E para se conseguir a permanência no Brasil é preciso se adequar à restritiva legislação vigente no país, a lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Esta lei, denominada também de Estatuto do Estrangeiro, só permite estabelecer-se no território brasileiro, aqueles que se encaixam no perfil de mão-de-obra qualificada, atendendo, assim, setores específicos do mercado de trabalho brasileiro, ou ainda aqueles que desejam investir no Brasil. Entretanto, nos meandros da lei há duas possibilidades para os que não se encaixam nestas possibilidades. A primeira é mediante o casamento com cônjuges brasileiros e a segunda, com o nascimento de um filho no território nacional. Assim, é comum ouvir entre os imigrantes que esta legislação estimula a natalidade entre os estrangeiros, principalmente entre os mais pobres.

Esta lei tem orientado a política migratória brasileira nas duas últimas décadas e tem sido alvo de críticas desde a sua vigência, isto porque ela foi aprovada por decurso de prazo e a partir da ideologia da Segurança Nacional, a qual vê no imigrante, em especial, os mais pobres, uma possível ameaça aos interesses nacionais. O problema é que a questão do terrorismo internacional trouxe de volta a discussão da segurança nacional, e as novas legislações migratórias influenciadas por este contexto, passaram a criminalizar aqueles que ousam cruzar fronteiras, sem a autorização dos respectivos Estados Nacionais (Póvoa Neto, 2005: 297).

Entretanto, se olharmos a questão da indocumentação a partir de uma outra perspectiva, ou seja, do ponto de vista dos imigrantes, veremos que a falta de documentos não é resultante de suas vontades em infringir a legislação do país onde estão, mas é por causa de um defeito desta legislação que os exclui injustamente, já que eles trabalham e pagam seus impostos como os nacionais. Neste sentido, podemos falar na legitimidade da condição clandestina, como contatou Teresa Sales entre os brasileiros nos Estados Unidos (Sales, 1999: 148).

Para amenizar as restrições impostas aos estrangeiros no Brasil, particularmente aos mais pobres, o governo brasileiro tem adotado medidas paliativas, como as anistias concedidas em 1981, 1988 e 1998. Em razão da burocracia e dos altos custos, em consequência da pesada multa, prevista pela lei atual, muitos acabaram não entrando com o pedido de regularização. Outra mediada adotada tem sido os acordos bilaterais de regularização, como o firmado entre o Brasil e a Bolívia, em agosto de 2005. Neste caso os mesmos problemas enfrentados pelos indocumetados nas anistias anteriores se repetem, ou seja, a burocracia, as altas taxas e a multa por permanecer indocumentado no país, a qual pode atingir a cifra de R\$ 829,00 (reais) por cada imigrante. No caso de uma família com quatro membros, os custos da regularização são significativos.

Para escapar da fiscalização do ministério do trabalho e da Polícia Federal, que às vezes atuam juntos nas investigações, os imigrantes indocumentados adotam a estratégia do afastamento de bairros onde há uma grande concentração de hispano-americanos, como é o caso do Brás, Pari e Bom Retiro, lugares estes outrora habitados por italianos, judeus entre outros. Tal estratégia, conjugada com outros fatores econômicos, como, por exemplo, o preço dos aluguéis, tem fomentado uma desconcentração espacial, particularmente daqueles que trabalham no ramo da costura. Assim, além dos bairros tradicionais, bolivianos e paraguaios se concentram na Zona Leste, Norte, e Oeste de São Paulo. Porém, já é possível encontrá-los também na Zona Sul da cidade e em municípios da Grande São Paulo, como Diadema, Santo André, Ribeirão Pires, Osasco, Barueri, Guarulhos e outros mais distantes, como Francisco Morato, Jundiaí, Campinas, Sumaré, Americana, São Carlos, Ribeirão Preto, Ourinhos entre outros.

No caso dos peruanos, estes tendem a se concentrar também nos bairros tradicionais já citados e em outros da Zona Central da cidade relacionados com a

atividade do comércio, como é o caso de Santa Ifigênia e Parque Dom Pedro, onde fica a conhecida rua de atacadistas da cidade, a 25 de Março.

Os hispano-americanos e o mercado de trabalho

Vimos anteriormente que a localização espacial dos bolivianos, paraguaios e peruanos em São Paulo tem uma relação direta com o tipo de atividade desenvolvida por eles na cidade. Agora, importa saber como se dá a inserção destes imigrantes no mercado de trabalho paulistano, e qual é o significado econômico e simbólico que tais atividades têm para eles.

Em primeiro lugar, vale notar que grande parte desta mão-de-obra hispano-americana vem preencher demandas de setores do mercado de trabalho que não exigem qualificação prévia, em segundo, que não respeitam os direitos dos trabalhadores contemplados na convenção geral das leis do trabalho brasileira (CLT) e em terceiro, onde há uma grande circulação de mão-de-obra. Em sendo assim, não se sustenta a percepção do senso comum de que eles estariam “roubando” empregos dos brasileiros, até porque seria difícil encontrar algum brasileiro disposto a aceitar as condições de trabalho impostas a estes imigrantes, em razão da sua frágil condição de indocumentação no país.

Sem documentação, eles não têm muitas escolhas, sendo obrigados a aceitar as ofertas de trabalho que lhes são propostas, muitas vezes, ainda no país de origem. Isto acontece em razão das redes familiares e de agenciamento de trabalhadores ilegais existentes na Bolívia¹, Peru e Paraguai², as quais acabam direcionando esta

¹ A rota de entrada no país mais conhecida é a que liga Santa Cruz de La Sierra na Bolívia e Corumbá (MS), no Brasil. Quem optar por esta rota terá que enfrentar uma longa viagem de trem até Puerto Quijaro, próximo à fronteira brasileira, e depois seguir em ônibus até Campo Grande, e daí, até São Paulo. Entretanto com o aumento da fiscalização neste posto de fronteira, uma outra rota foi criada, a que tem início em Santa Cruz de La Sierra, passando pelo Chaco paraguaio, até chegar à Ciudad Del Leste, fronteira com o Brasil. Depois de cruzarem a Ponte da Amizade, sem muita dificuldade, os bolivianos seguem rumo à capital paulista, partindo de Foz do Iguazu em ônibus, em geral aqueles utilizados pelos sacoleiros, que vão ao Paraguai fazer compras. Quando a fiscalização aperta o cerco, os coiotes orientam os bolivianos para seguirem até cidades mais próximas, como Medianeira ou até Cascavel, e de lá pegar um Ônibus de linha até o destino final. O custo da viagem até São Paulo é de aproximadamente U\$ 160 dólares.

² No caso paraguaio, além das redes familiares e de arregimentação de mão-de-obra, há também uma rede especializada em trazer pessoas para fazer tratamento de saúde em São Paulo, particularmente, no Hospital das Clínicas, em primeiro lugar, pela existência de recursos mais avançados utilizados em

mão-de-obra para setores específicos do mercado de trabalho, como é o caso da costura, dos serviços domésticos, do comércio, entre outros. E quando os imigrantes não caem nesta rede, as opções de trabalho se restringem ainda mais, restando-lhes a opção de inserirem-se no comércio ambulante de artesanato ou de alimentos, como é o caso dos peruanos, ou de roupas e outras mercadorias, como é o caso dos bolivianos.

Para os mais qualificados, a situação também não é menos desafiadora, uma vez que sem a revalidação dos seus diplomas, terão que aceitar trabalhos, que muitas vezes, tem pouco a ver com a sua qualificação profissional, e com um agravante: terão que se contentar com salários inferiores daqueles pagos aos brasileiros.

Em geral a atividade da costura é vista pelos trabalhadores (as) hispano-americanos como algo transitório, uma vez que grande parte deles não se dedicava a ela no seu país de origem, como é o caso dos bolivianos e peruanos. Muitos desempenhavam atividades totalmente distintas, como o trabalho na agricultura, no comércio, na prestação de serviços, como técnicos, babás, domésticas, ou simplesmente estudavam, no caso dos mais jovens. Assim, para muitos, o aprendizado nesta atividade é um estágio penoso, além de significar uma inversão no seu status profissional de origem. No caso dos paraguaios, ao contrário dos outros dois grupos estudados, encontramos um número maior de imigrantes que já se dedicavam à atividade da costura no Paraguai, seja para coreanos ou paraguaios. Nestes casos, o processo de adaptação ao novo contexto é mais rápido e menos traumático.

Entretanto, adaptar-se às regras e condições insalubres de trabalho³, em setores onde não nenhuma forma de regulamentação, não é uma etapa fácil para os trabalhadores hispano-americanos em São Paulo. Isto porque eles estão sujeitos aos altos e baixos do mercado, que impõe o preço a ser pago por cada peça costurada, bem como aos caprichos dos seus empregadores, que lhes exigem produção, porém,

alguns tratamentos do que aqueles disponíveis no Paraguai, e, em segundo, pela gratuidade dos mesmos, por se tratar de um hospital público. Segundo um informante, seu pai pagou U\$ 1000 (dólares) para ser encaminhado no referido hospital, incluindo a expedição da carteira do SUS (Sistema Único de Saúde), a qual é gratuita, e diárias em hotéis da cidade.

³ Ambientes de trabalho pouco ventilados propiciam uma série de doenças aos costureiros (as), afetando-lhes os olhos, como é o caso da conjuntivite, ou ainda os pulmões, em razão do pó aspirado durante o período de trabalho. Outras doenças comuns são as que afetam as pernas e pés, causando-lhes inchaço, por falta de circulação, ou a anemia, consequência de uma alimentação pobre em proteínas e vitaminas, já que uma das fontes de proteínas, como é o caso do feijão, é pouco consumida por eles, em razão de hábitos culturais trazidos de seus países de origem.

podem deixá-los sem pagamento por vários meses. No preço pago a cada peça costurada estão incluídos os gastos que o oficinista tem com a alimentação e residência dos seus costureiros (as). Assim, os “salários” variam de acordo com o tipo de roupa costurada, ou seja, masculina ou feminina, mais complexa ou mais simples, e depende também da habilidade do trabalhador (a) em aprender rapidamente os macetes da costura. Desta forma, os homens podem ganhar mais que as mulheres, em razão da sua agilidade, resultante do seu vigor físico. Na fase inicial, um aprendiz pode ganhar cerca de R\$ 150,00 a 200,00 (reais). Já numa fase posterior, os seus rendimentos giram em torno de R\$ 350,00 a R\$ 400,00, podendo chegar a R\$ 600,00.(reais), nos momentos de pico da produção Vale notar, contudo, que neste setor há outras especificidades, como é o caso dos passadores de roupa, cortadores ou modelistas, que ganham mais que um costureiro comum.

A total desregulamentação desta forma de produção terceirizada, que em grande parte, inclui os membros da família nuclear e ampliada, como é o caso de parentes e conhecidos do lugar de origem, abre espaço para relações de trabalho superexploradas e, em alguns casos, de trabalho escravo⁴. Isto se torna possível em razão da condição de indocumentação dos imigrantes e pelas relações de favor que se criam entre empregados e empregadores, uma vez que estes bancaram a vinda daqueles e lhes forneceram casa e alimentação (Silva, 1997: 121).

Tais relações, entretanto, são rompidas com frequência e com a ajuda de algum compatriota ou amigo, eles conseguem fugir do cativeiro. No caso das mulheres a situação é mais dramática, pois, elas se sentem mais fragilizadas, quando não tem referências na cidade. Muitas não sabem nem o nome da rua e do bairro onde morram. Foi o que aconteceu com Justina, de 30 anos, porém, aparentando muito mais, a qual foi trazida por um compatriota boliviano para trabalhar na sua oficina de costura como cozinheira. A sua jornada de trabalho era exaustiva, das cinco da manhã às onze da noite, de segunda a domingo. Além de não poder sair do local onde vivia e trabalhava, ela sofria violência física do patrão que a agredia quando não dava conta do volume de trabalho exigido por ele. Debilitada e doente pela má alimentação que recebia, a qual se resumia numa dieta à base de arroz e salsicha, ela pediu ajuda a uma compatriota que a levou à Casa do Migrante, uma

⁴ A mesma situação é encontrada na Argentina, onde se estima que pelo menos 4 mil bolivianos vivem em situação de escravidão nas oficinas de costura e fábricas de Buenos Aires. A questão veio à tona depois da morte de seis imigrantes ilegais, causado por um incêndio, numa oficina de costura onde eles trabalhavam (La Nación, 03/04/06).

instituição de acolhida ligada à Igreja Católica. Lá ela permaneceu alguns meses para recuperar-se, fisicamente e psicologicamente da experiência do cativo, que seguramente, a marcará pelo resto de sua vida.

Estas formas de relações de trabalho, tidas como “arcaicas” para os padrões “modernos” do século XXI, nos remete ao contexto da Revolução industrial do século XVIII, quando mulheres e crianças eram incorporadas à produção fabril em condições insalubres e ganhando menos do que os homens. Neste contexto, o trabalho a domicílio, como constatou Marx, era “uma seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial” (Marx, 1985; 529-530). A verdade é que a modernidade convive com formas anacrônicas de produção, pois o que está em jogo é a reprodução ampliada do capital, sem nenhuma responsabilidade social. Um exemplo disso é a prática adotada por algumas redes de lojas no Brasil, entre elas a C&A, que em nome da competitividade, tem se utilizado de mão-de-obra indocumentada para confeccionar os seus produtos. Segundo um oficinista que prestava serviços para uma empresa coreana, a mediadora entre os bolivianos e a referida loja, havia pelo menos sessenta oficinas de costuras envolvidas em tal processo de produção⁵.

Se no ramo da costura as relações de trabalho podem ter tais especificidades, no do artesanato, desenvolvido pelos peruanos, a situação não é muito diferente. Neste setor funciona o mesmo esquema de arregimentação de trabalhadores utilizado pelos bolivianos e paraguaios, os quais são trazidos pelos seus compatriotas com as promessas de que em São Paulo é possível ganhar muito dinheiro. É o caso de Ana, 38 anos e natural de Huancayo (Junin), que foi trazida por um peruano que também a enganou. Conta ela que quando chegou não tinha nada e começou a trabalhar com um boliviano, que a ajudou no início. Depois conheceu um peruano que trouxe uma mercadoria do Peru para vender em São Paulo, e como não teve sucesso nas vendas, deu-lhe esta mercadoria. E foi assim que ela começou a vender artesanato na cidade e hoje é dona de uma pequena loja, num shopping da rua 25 de Março.

Parte da mercadoria vendida pelos peruanos já é feita em São Paulo no mesmo esquema de produção da costura, ou seja, os trabalhadores ganham por produção, recebendo em média de dez a vinte reais por milheiro de objetos

⁵ Autuada pelo Ministério Público do Trabalho, a C&A comprometeu-se a prestar alguns serviços aos costureiros (as) envolvidos no caso, entre eles, ajudando-os financeiramente no processo de documentação e organizando cursos de capacitação profissional.

manufaturados, como os enfeites para geladeira, brincos, pulseiras, ente outros. Vale notar que trabalhadores (as) brasileiras também são incorporados a este processo de produção. Em geral, são senhoras aposentadas que desenvolvem o trabalho em suas próprias casas. Segundo um peruano, além de ganharem um dinheiro a mais, elas realizam uma “terapia” ocupacional.

Apesar do desgaste físico e emocional que estas atividades podem causar aos trabalhadores, em geral elas são vistas por eles de forma positiva, uma vez que elas representam a possibilidade de mobilidade econômica, o que não significa reconhecimento social, em razão dos preconceitos enfrentados por eles na cidade. Nessa perspectiva, grande parte dos entrevistados mais jovens manifestou o desejo de ter um dia ter a sua própria oficina de costura, no caso dos bolivianos e paraguaios, ou uma loja, no caso dos peruanos. Em sendo assim, as relações de exploração presentes nestas formas de produção tendem a ser minimizadas pelos trabalhadores, porque elas passam a ser vistas por eles como transitórias, isto é, fazem parte de um processo de reprodução econômica pelo qual passarão até chegar onde desejam, ou seja, serem um dia patrões. E para tanto, a estratégia utilizada por estes imigrantes é conciliar o trabalho familiar com a contratação de compatriotas, no regime de produção já descrito anteriormente.

Se para os trabalhadores da costura ou do artesanato o trabalho realizado por eles é visto de forma positiva, não obstante as contradições inerentes nos processos de produção, para os que estão numa posição econômica diferenciada, a visão também não é diferente. Assim expressou-se uma paraguaia, dona de uma oficina de costura: *Yo le agradezco al coreano por que le dan trabajo. Un boliviano dijo que él coreano le tiene como esclavo, le da trabajo. Nadie tiene a uno como esclavo, si no te gusta, puedes irte.*

Entretanto, para pessoas de uma faixa etária mais elevada, como é o caso de Salustina, de 49 anos, a representação do trabalho na costura tem outra conotação. Para ela, aqui “no se vive una vida muy tranquila, hay que trabajar de las 6,30 de la mañana hasta las 9.00 de la noche. Esto es mucho para una persona”. Além do trabalho na costura, as mulheres casadas são obrigadas a enfrentar uma dupla jornada de trabalho, pois os afazeres da casa e o cuidado dos filhos estão também sob suas responsabilidades.

Sem embargo, todo este sacrifício se justifica de alguma forma, na medida em que eles conseguem enviar para as suas famílias alguma ajuda econômica, por sinal,

imprescindível. Em média cada costureiro (a) remete ao seu país de origem cerca de U\$ 100 (dólares) mensais, ou pelo menos a cada dois meses. Em geral o meio de envio mais utilizado por eles é via parentes e amigos que viajam para os seus respectivos países. Outra forma de envio das remessas é via alguma agência de viagem, mediante o pagamento de uma taxa, que gira em torno de 10% a 20% do valor remetido. Verificamos também que entre as mulheres o compromisso do envio de alguma ajuda à família é mais perceptível do que entre os homens.

Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2004, apontam que o Peru recebeu dos seus emigrados cerca de U\$ 1, 3 bilhões, o Paraguai, U\$ 506, milhões e a Bolívia, U\$ 422 milhões. No caso da Bolívia e do Peru, a soma dobrou em 2005, girando em torno de U\$ 840 milhões para o primeiro país e de 2,5 bilhões para o segundo.. Caberia perguntar, portanto, qual seria o impacto destas remessas para as famílias migrantes, para as comunidades locais, enfim, para a economia dos países de emigração. Em geral, há uma percepção generalizada entre os economistas e governos de que tais remessas são importantes para os países receptores, trazendo benefícios para as economias locais, como, por exemplo, dinamizando o mercado imobiliário local (Soares, 1995: 61. Entretanto, é importante avaliar também os custos sociais e humanos para os envolvidos neste processo de produção de riquezas, os migrantes. Se, por um lado, as remessas de dinheiro aumentaram, como aponta um relatório da ONU de 2006, girando em torno de U\$ 232 bilhões, por outro, é incontestável também o aumento das violações dos direitos humanos. Para Adela Pellegrino (1993), a curto prazo, a migração pode servir como “válvula de escape”, aliviando as pressões sobre o mercado de trabalho local e transferindo recursos para as famílias dos emigrados. A longo prazo, a perda de mão-de-obra mais qualificada e a dependência das remessas, poderia comprometer o desenvolvimento dos países de emigração (Pellegrino, 1993: 26-27).

Os hispano-americanos e a questão de gênero

Vimos anteriormente que a inserção dos hispano-americanos no mercado de trabalho paulistano é marcada por desafios e problemas comuns, independentemente da nacionalidade ou da origem étnica. Vimos também que as mulheres vêm de forma diferenciada a sua condição de trabalhadoras no ramo da costura, já que os homens parecem priorizar mais os aspectos econômicos. Nesta perspectiva, importa indagar agora como os hispano-americanos lidam com as relações de gênero no novo

contexto migratório, já que toda travessia implica em mudanças, sócio-econômicas, e, sobretudo, culturais.

Em primeiro lugar, vale dizer que a decisão de migrar não é tomada exclusivamente pelo homem, quando se trata de famílias, mas a mulher também participa da mesma, e assume os mesmos riscos e responsabilidades na construção do projeto familiar, como constatou (Assis, 1995), num outro contexto. No caso das solteiras, a decisão de sair é tomada cada vez mais cedo, em razão das necessidades de trabalho. Nestes casos, as redes de parentesco são fundamentais para a vinda de mais uma trabalhadora, como mencionou Arminda, uma paraguaia de 56 anos e que vive em São Paulo há trinta e três anos: “Otra sobrina mia esta llegando. Quiere venir porque no hay nada que hacer allá” (Paraguai) Este exemplo confirma o que estudos de migrações já apontaram sobre uma nova particularidade dos fluxos migratórios da América Latina e Caribe, a saber, o seu predomínio feminino (Martinez, apud Patarra, 2006: 86).

Em segundo lugar, a inserção da mulher no mercado de trabalho, desempenhando funções semelhantes às realizadas pelos homens, proporciona uma mudança na forma como os homens viam as mulheres nos seus países de origem e vice e versa. Seja na Bolívia, Peru ou Paraguai, países onde o machismo é um elemento fortemente arraigado desde os tempos coloniais, a mulher sempre esteve mais circunscrita aos afazeres do lar, enquanto ao homem competia buscar o sustento da família fora de casa. Talvez o modelo analítico utilizado por Roberto Da Matta (1985), para analisar as relações sociais na sociedade brasileira, por certo tão hierarquizada e caudatária do machismo ibero-americano, quanto as sociedades hispano-americanas, pode nos ajudar a entender melhor as relações de gênero aqui focadas. Para ele “a casa e a rua” não representam apenas espaços geográficos, mas são acima de tudo entidades morais, esferas da ação social (Da Matta, 1985: 15).

Neste contexto, onde as mulheres estiveram sempre submissas às ordens dos pais enquanto solteiras, e depois do casamento, às dos maridos, a migração tem um grande impacto na vida daquelas que emigram, pois na metrópole elas são desafiadas a organizarem suas próprias vidas, por um lado, sem a ingerência dos familiares, que as controlavam, no caso das solteiras e, por outro, sem a pressão de uma mentalidade conservadora e machista, típica das zonas rurais latino-americanas.

De qualquer forma, a mudança de mentalidade não acontece de um dia para o outro, e tampouco sem conflitos, pois o peso da educação que receberam,

particularmente de orientação católica, continua tendo influência no novo contexto. Porém, formas de comportamentos tidos como tradicionais são postos em cheque e passam a ser repensados a partir dos referenciais oferecidos pela nova cultura em que estão inseridas, neste caso, a brasileira. Assim, comportamentos tidos como não recomendáveis para uma jovem solteira no interior do Paraguai, como tomar cerveja num bar e fumar, na metrópole eles são encarados como normais. Da mesma forma, a decisão de uma jovem migrante de conviver com um homem antes do casamento oficial, pode causar reprovação por parte dos seus pais, seja no Paraguai, na Bolívia ou no Peru. Contudo, na cidade grande, este tipo de decisão é vista com tolerância. Embora os homens digam que o tabu da virgindade seja algo do passado, alguns enfatizaram que preferem uma mulher da mesma nacionalidade para casarem-se. Tal preferência seria apenas por razões de semelhanças culturais ou ela não estaria, na verdade, escondendo, a vigência do antigo modelo machista de relações de gênero?

O contato de homens e mulheres com uma nova forma de pensar e de viver ressalta, inevitavelmente, as diferenças entre mulheres hispano-americanas e brasileiras, que vivem numa grande cidade como São Paulo. Assim, para aquelas que chegam, o primeiro impacto é de cunho visual, ou seja, a forma de vestir-se mais “recatada” da mulher hispano-americana contrasta com o estilo mais despojado da mulher brasileira, como ressalta Carmen, uma peruana de 47 anos, de formação superior e há 23 anos no Brasil: “Hemos venido de una sociedad conservadora, moralista. Yo vi que mis ropas estaban antiquadas. Yo andaba con ropas clásicas e zapatos con salto. En la época ya no se usaba salto alto”.

No caso das bolivianas oriundas do contexto rural, o contraste é ainda maior, uma vez que a forma de vestir-se da mulher camponesa, a *cholita*, segue padrões culturais rígidos, como o uso da *pollera* (saia longa com pregas e avolumada), a manta que cobre o dorso, os cabelos longos em forma de tranças e um chapéu na cabeça. Ao chegarem numa cidade como São Paulo, estas mulheres tratam de adaptar-se ao estilo mais casual da metrópole. No caso das casadas, a *pollera* é substituída por uma saia que cobre os joelhos, e o cabelo é simplesmente amarrado. Já entre as mais jovens, o jeans e outras formas de vestir-se mais modernas, são adotadas com rapidez. Assim, a mulher brasileira é vista, tanto pelos homens quanto pelas mulheres hispano-americanas, como mais “vaidosa”, “solta”, “carinhosa” e “independente”. Já para alguns jovens bolivianos a mulher do seu país é mais “tímida”, mais “centrada”, mais “fiel” e mais “trabalhadora”. Vale notar que o

trabalho, como sinal diacrítico da mulher hispano-americana na cidade, também é mencionado pelos outros grupos aqui estudados.

Se por um lado, a mulher hispano-americana é vista, em geral, como mais “trabalhadora” e mais “conservadora” do que a brasileira, por outro, esta é vista por aquela como mais “liberal” e “consciente” dos seus direitos, não sendo conivente, por exemplo, com a violência masculina, pelo menos nos grandes centros urbanos. Já no contexto rural de países como a Bolívia, o Peru e o Paraguai, a violência contra a mulher é mencionada com frequência e de certa forma é vista como algo cultural, e, portanto, normal, como relatou Ruth sobre um caso que presenciou no Peru. Segundo ela, “a questão da violência do marido contra a mulher é mais grave na região serrana. Presenciei um caso de uma mulher indígena que estava sendo agredida pelo seu marido e quando eu fui defendê-la, ela ficou uma leoa. Por isso no Peru tem um provérbio: *mas me pega, mas te quiero*. Elas acham que isso faz parte do matrimônio”.

Contudo, esta forma de relações de gênero de cunho patriarcal e machista também é reproduzida no novo contexto, particularmente, no âmbito das oficinas de costura. Várias das entrevistadas bolivianas mencionaram a existência de algum de tipo agressão masculina, inclusive, a violência sexual dos patrões para com as jovens costureiras tem sido algo recorrente. Segundo Ruth Camacho, a advogada da Pastoral do Migrante, já foram constatados casos de menores bolivianas que engravidaram nos seus ambientes de trabalho, muitas vezes pelos próprios patrões..

A explicação para casos de violência para com as mulheres assume, por vezes, razões inusitadas, como a mencionada por um paraguaio em São Paulo: “Yo mismo lê pegava a mi mujer. Digo que pasa! No está cierto. Yo digo por que papá también le pegava a mi mamá. Aquí nunca he visto una paraguaia que va a denunciar a su marido. Si yo le pegara una brasilera estaria en la carcel”. Neste caso, a influência do ambiente familiar e de uma mentalidade machista arraigada no país de origem, parecem ser as razões sócio-culturais para tal comportamento.

Além da violência física, é possível constatar também mulheres que tiveram que manter o casamento, só para salvar as aparências, em razão das pressões psicológicas que elas sofriam da parte de suas família. Em países onde há uma forte influência da igreja católica, como os aqui mencionados, a separação sempre foi vista como uma ofensa aos legítimos valores da família e, sobretudo, à honra da mulher. Nesta perspectiva, seria inconcebível que uma mulher de classe social mais alta

tomasse a decisão de pedir a separação, pois como afirmou Esther: “Yo no me animaba a separarme. Mi padre siempre decia: tengo hijas que tienen dos estados civiles: soltera, casada o viuda”.

A atitude aparentemente passiva das mulheres hispano-americanas frente à violência dos homens deve ser analisada, contudo, a partir dos contextos sociais e políticos presente nos países de origem dos imigrantes aqui analisados. No caso do Paraguai as marcas deixadas por décadas de autoritarismo anularam qualquer forma de reivindicação de direitos sociais, e, muito menos, políticos, como enfatizou Lais, uma professora e há 43 anos no Brasil: “La dictadura influyó mucho en la historia del Paraguay, para que nosotros estemos siempre de cabeza baja. La mujer era completamente nula, no denunciaba, cuando sufría algún tipo de violencia”

Se, por um lado, a consciência dos direitos da mulher migrante tem a ver com o contexto político em que estas mulheres viveram nos seus países de origem, por outro, não se pode ignorar também a condição de classe delas, pois nas faixas sociais onde a renda é maior e o acesso à informação é facilitado, as relações de gênero têm também outras especificidades. Na zona rural, por exemplo, as funções entre homens e mulheres estão mais demarcadas. Na visão de Lais, que já não vive há muitos anos no Paraguai, “los campesinos tenían vergüenza de cargar el bolsón de la ropa de los hijos. Entonces, la mujer tenía que llevar en un brazo la criatura, en el otro el bolsón y la sombrilla, porque allá hace mucho calor, y él se iba muy cómodo. Parece que ahora los hombres están ayudando mas a las mujeres”. Já no contexto urbano há um espaço de negociação, em função das relações de poder que já não são mais as mesmas do país de origem, uma vez que a mulher também contribui para o orçamento doméstico, e em muitos casos ela é a única responsável pelos ingressos da família.

Tais mudanças indicam que no contexto da migração há várias formas de rearranjos domésticos, onde é possível encontrar várias configurações familiares. Fusco (2001), analisou os arranjos domésticos na cidade de Criciúma (SC), de onde partem migrantes para os Estados Unidos, e encontrou a seguinte classificação: unipessoais, casal, casal com filhos, ampliadas, monoparentais simples, monoparentais ampliadas. Os seus dados indicam que a maior parte dos domicílios estrutura-se em torno de famílias (grupo de pessoas reunidas por laços de parentesco e de aliança).

No caso dos imigrantes hispano-americanos, embora grande parte deles se organize em torno de famílias ampliadas, ou seja, o casal com filhos e parentes, há também uma significativa presença de famílias monoparentais simples e ampliadas, onde o chefe da unidade familiar é a mulher. Vale notar, contudo, que no contexto das classes de menor poder aquisitivo, como é o caso dos costureiros, as uniões não são oficializadas, pelos menos, num primeiro momento, mas somente numa fase posterior, quando o casal já conquistou certa estabilidade conjugal e econômica ou quando decidem batizar os filhos na Igreja Católica, em geral, quando a criança já tem pelo menos de três a quatro anos de vida, ou mais, em alguns casos⁶. É nesse momento que começa a pressão da parte da Instituição eclesial sobre os casais para que estes regularizem a sua situação no âmbito religioso. E quando isto acontece, o ritual tradicional é mantido, do qual a festa de casamento é parte imprescindível.

Se no contexto de origem o casamento no civil e no religioso é um valor almejado, sobretudo, pela mulher, no contexto da migração esta mentalidade sofre mudanças, uma vez que as prioridades são outras. Quem emigrou veio em busca de um sonho, de uma vida melhor, que significa acesso a bens de consumo que no país de origem eram praticamente inatingíveis, como um imóvel, um carro, em razão do desemprego e dos baixos salários. Assim, num primeiro momento, a mulher migrante se dedica totalmente ao trabalho e à busca de realização profissional, deixando para uma fase posterior a formação de uma família. O problema é que quando este sonho é adiado para uma fase mais madura da vida, as chances de se conseguir parceiros dentro do próprio grupo étnico diminuem, em razão de uma nova percepção das relações de gênero, na qual não há mais espaços para a dominação masculina. Desta forma, o casamento passa a ser secundário, e o projeto de ser mãe torna-se prioritário.

Diante das chances diminuídas de se constituir família dentro do próprio grupo, poderíamos supor que as mulheres hispano-americanas pesquisadas estariam abertas a uniões conjugais interculturais. Entretanto, muitas delas alegaram que as diferenças culturais apresentam-se como barreiras difíceis de serem transpostas. Com efeito, encontramos uma maior abertura dos paraguaios e peruanos à exogamia,

⁶ A ocasião do batismo propícia também a realização de uma outra tradição entre os oriundo de La Paz, que é o ritual da *rutucha* ou o primeiro corte de cabelo da criança. Para este ritual são escolhidos outros padrinhos, que deverão dar um presente ao afilhado, os quais serão também os primeiros a cortar a primeira mecha de seu cabelo, que é guardado, em razão da sua força mágica (Silva, 2003: 70).

enquanto os bolivianos estariam mais propensos à endogamia. Entretanto, há uma percepção generalizada entre os homens de que casamentos de hispano-americanos com brasileiras não dão certo, em razão da mentalidade mais aberta da mulher brasileira, que já não aceitaria a postura machista dos homens latinos, incluso os brasileiros. Já o inverso, casamentos de mulheres hispano-americanas com brasileiros parecem ter mais sucesso. Seria em razão de uma formação tradicional, fundada em valores morais cristãos, que elas receberam nos seus países de origem? Entretanto, sem termos dados mais amplos sobre o assunto, o máximo que podemos levantar no âmbito desta pesquisa são hipóteses, que exigem, por sua vez, uma investigação mais aprofundada.

A questão das diferenças culturais aparece também nas relações entre pais e filhos, apontada pelos entrevistados como mais aberta e flexível na família brasileira, em razão do grau de liberdade conferida aos filhos no Brasil. Assim, pais educados num outro contexto sócio-cultural mencionaram dificuldades em lidar com a educação dos seus filhos adolescentes, como é o caso de um paraguaio de classe média, que não permitia que os seus filhos trouxessem suas namoradas para dormir na sua casa. Outra mãe paraguaia mencionou a dificuldade em abordar com suas filhas questões de sexualidade, como, por exemplo, o uso de preservativos. É comum, portanto, entre pais hispano-americanos a idéia de que nos seus países de origem havia mais respeito à autoridade paterna ou materna. Daí os estranhamentos diante de um novo contexto sócio-cultural, onde as relações entre pais e filhos, homem e mulher, passam por um processo de negociação e transformação.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares*. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado).

BALANDIER, Georges. *Antropológicas*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do C. B. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. p. 29-38.

BARTH, Frederick. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1976.

- BENENCIA, R.; KARASIK, G. “Os Bolivianos en Buenos Aires: aspectos de su integración Laboral y Cultural”. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 09, N.27, CEMLA, Buenos Aires, 1994, pp.261-299.
- BEVILAQUA, Maria Edith G. Os Estrangeiros: peregrinos da América. Os Latino-americanos do Cone-Sul (argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo (São Paulo e Campinas) 1970-1990. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1992.
- BISON, Wanderluce Pessoa. *A Volta Por Cima. Mulheres Migrantes*. São Paulo, CEM, 1999.
- BONASSI, Margherita *Canta América sem Fronteiras: Imigrantes latino-americanos no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.
- BORGES PEREIRA, J.B. Os Estudos sobre Imigração na Antropologia Brasileira. In: *Quaderni*, Nuova serie n.02, São Paulo, 1992, pp.155-161.
- CALDERÓN, Fernando; SZMUKLER, Alicia. *Aspectos culturales de las migraciones en el Mercosur*, 1999. In: www.unesco.org/most.
- CLASTRES, Pierre. O arco e o cesto. In: _____. *A Sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano. A Guerra do Paraguai*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1980, 8ª. ed.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira... In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos – Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 13-38.
- CUNHA, Manuela C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense/EDUSP, 1986.
- DURHAM, Eunice. *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.
- GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. *Rev. Encontros com a civilização brasileira*, v. 26, 1980.
- HERTZ, Robert. A proeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. *Religião e Sociedade*, n.6, p.99-128, 1980.
- IANNI, Octavio “A situação do Polonês em Curitiba” In *Sociologia*, Vol XXIII, n.04, São Paulo, 1961.
- KEHL, Maria Rita. *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- MACEDO, Márcia dos S. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In Bruschini, Cristina e Pinto, Celi R. (org.). *Tempos e lugares de gênero*. SP, Ed.34, 2001. p. 55-83.
- OBOLER, Suzanne. *Ethnic labels, Latino lives: identity and the politics of (re) presentation in the United States*. University of Minnesota Press, Minneapolis/London, 1995.
- PALAU, Tomás. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios” In *Emigração e Imigração internacional no Brasil Contemporâneo*, Neide I. Patarra (org), São Paulo, FNUAP, 1995, pp.200-207.
- PATARRA, Neide Lopes. “Migrações internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas” In *São Paulo em Perspectiva*, V. 19, n.03,jul/set. 2005:23-33.
-& Baeninger, Rosana. “Mobilidade espacial da população no Mercosul: Metrópoles e Fronteiras” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.21, N.60, fev. 2006, p.83-102.
- PIORE, Michael. *Birds of Passage: Migrante labor and Industrial Societies*. Nova York: Cambridge University press, 1979.
- PIERUCCI, Antonio F. *Ciladas da diferença*. São Paulo: CPS/USP/34, 1999.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo, Cortez, 1999.
- SANJURJO, Liliana Lopes. *Nostalgia e Ressentimento: representações identitárias de dois contingentes de migrantes argentinos em São Paulo*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP. Campinas, 2003.
- SASSEN, Saskia. *The Mobility of labor and Capital*. Nova York: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD. Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP, 1998.
-”O Retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia – Revista do Migrante*, N. especial, janeiro de 2000.
- SILVA, Sidney A da. *Costurando Sonhos*. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas, 1997.
- “Clandestinidade e Intolerância”: o caso dos bolivianos em São Paulo” In: *TRAVESSIA- Revista do Migrante*, N.30, jan/abril, 1998, pp. 25-29.
- *Virgem/Mãe/Terra*. Festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2003.
- “Os hispano-americanos e a construção da cidadania”. In *Práticas de Cidadania*, Jaime Pinsky (org), São Paulo, Contexto, 2004.

-” A praça é Nossa. Faces do preconceito num bairro paulistano” In *Travessia- Revista do Migrante*, N.51, já/abril/2005,pp 39-44.
- “A Migração dos Símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo” In *São Paulo em Perspectiva*, V.18, N.03, jul/set.2005, pp.77-83.
- SPRANDEL, M. “Brasileiros de além-fronteiras: Paraguai” In *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. São Paulo, Vozes, 1998.
-*Brasiguaios*, conflitos e identidades em fronteiras internacionais. Tese (Doutorado) – UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.
- SUAREZ, Mireya. A problematização das diferenças de gênero e a Antropologia In AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.31-48.
- STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada.... In: ALMEIDA et al. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39-90.
- TORAL, André A. “Negro é o inimigo. Africanos e seus descendentes na guerra do Paraguai” In: *Negro de corpo e alma*. São Paulo, Mostra do redescobrimento, 2000.
-
- TRUZZI, Osvaldo. “Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos Estudos Migratórios” In *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*”. DEMARTINI, Zeila B. F & TRUZZI, Osvaldo. São Carlos, UDUFSCAR, 2005:131-158.
-